

Demonstrações Financeiras

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the printed name below.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.436	4.038
Contas a receber de clientes	4 e 16	7.134	3.433
Adiantamentos diversos		11	195
Outras contas a receber		100	-
Total do Ativo Circulante		16.680	7.666
Ativo Não Circulante			
Ativo fiscal diferido	9	1.903	1.588
Imobilizado	5	116	91
Intangível		38	49
Total do Ativo Não Circulante		2.057	1.728
Total do Ativo		18.737	9.394
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores	6	88	36
Impostos e contribuições a recolher	7	268	354
Impostos de renda e contribuição social a pagar		480	53
Salários, provisões e encargos sobre folha	8	5.355	6.730
Outras contas a pagar		746	224
Dividendos a pagar		94	-
Total do Passivo Circulante		7.031	7.397
Patrimônio líquido			
Capital social	10	4.813	4.813
(-) Capital a Integralizar		(578)	(963)
Reserva legal		963	-
Reserva de Lucros (Prejuízos acumulados)		7.472	(1.853)
Total do Patrimônio Líquido		11.707	1.997
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.737	9.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstração de resultado
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita			
Receita de prestação de serviços	11	35.216	24.371
Custo dos serviços prestados	12	(14.383)	(16.017)
Lucro Bruto		20.832	8.354
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(6.410)	(4.289)
Despesas tributárias		(88)	-
Outras despesas operacionais		(850)	(54)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.485	4.011
Resultado financeiro, líquido	14	485	231
Lucro antes dos impostos		13.969	4.242
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	9	(4.865)	(1.505)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	9	316	627
Lucro líquido do exercício		9.419	3.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	9.419	3.364
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>9.419</u>	<u>3.364</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	(-) Capital Integralizar	Reserva de Lucros		Prejuízos Acumulados	Lucro do exercício	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditados)	4.813	(963)	-	-	(5.217)	-	(1.367)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.364	3.364
Absorção parcial dos prejuízos acumulados	-	-	-	-	3.364	(3.364)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.813	(963)	-	-	(1.853)	-	1.997
Integralização do capital social	10	385	-	-	-	-	385
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.419	9.419
Absorção dos prejuízos acumulados	-	-	-	-	1.853	(1.853)	-
Constituição reserva legal	-	-	378	-	-	(378)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(72)	(72)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	7.116	-	(7.116)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.813	(578)	378	7.116	-	-	11.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.419	3.364
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa		
Depreciação e amortização	42	22
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(316)	877
Demais provisões	522	224
Perdas com recebíveis	849	-
Provisão para participação nos resultados	4.850	4.671
	<u>15.366</u>	<u>9.158</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(3.701)	(1.695)
Adiantamento à fornecedores	184	(194)
Demais contas a receber	(100)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	52	(304)
Impostos e contribuições a recolher	(443)	27
Salários e férias a pagar	(6.225)	(1.805)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(53)	(1.451)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>5.080</u>	<u>3.736</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(60)	(73)
Aquisição de intangíveis	(7)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(67)</u>	<u>(73)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Capital a integralizar	385	-
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	<u>385</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido	<u>5.398</u>	<u>3.663</u>
No início do exercício	4.038	375
No fim do exercício	<u>9.436</u>	<u>4.038</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>5.398</u>	<u>3.663</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. (“Companhia”) tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 4º Andar, Sala 41 - Itaim Bibi - São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial e a participação no capital de outras pessoas jurídicas, com sede no Brasil ou no exterior.

A Companhia firmou contratos de prestação de serviços com clientes partes relacionadas, representando estes contratos a totalidade das receitas auferidas nos exercícios de 2023 e 2022.

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

b) Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos nas demonstrações do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo e os reflexos reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e 2022.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores faturados líquidos dos respectivos impostos. O prazo médio de recebimento ocorre num período de até 30 dias da data de emissão da nota fiscal de serviço. As vendas a prazo não são ajustadas a valor presente em função desse prazo reduzido de recebimento.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

d) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil residual registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos (software), identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesa administrativa consistente com a utilização do ativo intangível.

f) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluem principalmente adiantamentos de férias a funcionários e outros adiantamentos a fornecedores, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável em contrapartida a rubrica de outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

h) Contas a pagar a fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

i) Provisões--Continuação

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a avaliação da Administração com suporte dos seus assessores jurídicos. A Companhia não possui saldo referente a provisões no período coberto por estas demonstrações financeiras.

j) Dividendos propostos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas.

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da administração, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos na demonstração individual:

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisados, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores. O principal elemento patrimonial que envolve julgamento e estimativa da Administração está relacionado com a provisão para participação nos resultados.

l) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 2023 a Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal, assim como em 2022, com alíquota de 15% IRPJ (adicional 10%) e CSLL 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

l) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

m) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n) Reconhecimento da receita

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

A Companhia reconhece a receita com prestação de serviço ao longo do tempo, uma vez que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Companhia à medida que a Companhia efetiva o desempenho.

A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços prestados, abatimentos e descontos comerciais.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

p) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

p) Classificação circulante e não circulante--Continuação

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

2.3. Descrição das políticas contábeis materiais

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia não possui contratos de empréstimos para serem avaliados.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)--Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco conta movimento	7.802	379
Aplicações financeiras (i)	1.634	3.659
Total	<u>9.436</u>	<u>4.038</u>

(i) Aplicações financeiras em fundo de investimento de operações contratadas com resgate e liquidez imediata. No ano de 2023, o fundo teve rentabilidade auferida de 13,45% (13,15% em 2022).

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes Nacionais	2.500	3.433
Clientes Internacionais	4.634	-
Total	<u><u>7.134</u></u>	<u><u>3.433</u></u>

A abertura do saldo de contas a receber entre partes relacionadas, esta demonstrada na NE 16 - Partes Relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aging list		
Títulos a vencer	2.827	1.800
Títulos vencidos de 1 a 30 dias	492	1.633
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	359	-
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	638	-
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	2.818	-
	<u><u>7.134</u></u>	<u><u>3.433</u></u>

A Companhia não constituiu provisão para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - PECLD nos exercícios findos pelo fato de não haver histórico de inadimplência e os atrasos serem monitorados e negociados com a Administração.

5. Imobilizado

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2022	Aquisição	Depreciação	31/12/2023
Computadores e Periféricos	5	91	60	(35)	116
Total		<u>91</u>	<u>60</u>	<u>(42)</u>	<u>116</u>

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2021 (não auditado)	Aquisição	Depreciação	31/12/2022
Computadores e Periféricos	5	78	30	(17)	91
Total		<u>78</u>	<u>30</u>	<u>(17)</u>	<u>91</u>

6. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços a pagar	88	36
Total	<u><u>88</u></u>	<u><u>36</u></u>

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a Recolher	18	30
COFINS a Recolher	103	151
ISS a Recolher	127	151
Contribuições Federais Retidas - PCC	15	19
IRRF a recolher	5	3
Total	<u>268</u>	<u>354</u>

8. Salários, provisões e encargos sobre folha

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF sobre folha de pagamento	85	299
FGTS a recolher	20	71
INSS a recolher	58	195
Provisão de férias	342	1.494
Provisão de bônus	4.850	4.671
Total	<u>5.355</u>	<u>6.730</u>

9. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	13.969	4.242
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	(4.749)	(1.442)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:		
Utilização de prejuízos fiscais	440	655
Outros	(242)	(91)
	<u>(4.551)</u>	<u>(878)</u>
IRPJ e CSLL - corrente	(4.865)	(1.505)
IRPJ e CSLL - diferido	316	627
	<u>(4.551)</u>	<u>(878)</u>

Ativo diferido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para pagamento de bônus	1.649	1.167
Demais provisões	254	421
Total	<u>1.903</u>	<u>1.588</u>

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R\$4.813, composto por 23.102.400 ações ordinárias. A composição acionária apresenta-se conforme abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação</u>
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	3.850.400	16,67%
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	3.850.400	16,67%
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	3.850.400	16,67%
Infraestrutura Brasil Holding XI S.A.	3.850.400	16,67%
Rodovias Colombia S.A.S	3.850.400	16,67%
Winity Infraestrutura Ltda	3.850.400	16,67%
	23.102.400	100%

b) Capital a integralizar

Em 28 de junho e 31 de agosto de 2023, foi integralizado o capital social da Companhia através do boletim de subscrição dos acionistas Winity Infraestrutura Ltda. e Rodovias Colombia S.A.S os montantes individuais de R\$192, no total de R\$385.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia apresentou proposta para distribuição mínima de dividendos conforme Estatuto Social:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	9.419	3.364
Absorção de prejuízo acumulado	(1.853)	(3.364)
Lucro líquido do exercício após absorção prejuízo	7.566	-
(-) Constituição Reserva legal 5%	(378)	-
(=) Base para distribuição de dividendos	7.188	-
% Dividendos mínimos obrigatórios	1%	1%
Proposta de distribuição dividendos mínimos	72	-

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

11. Receita líquida de serviços prestados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços prestados - Mercado interno	31.339	24.241
Serviços prestados - Mercado externo	8.422	3.773
Total receita bruta de serviços prestados	39.761	28.014
Impostos incidentes sobre a prestação de serviço (PIS, COFINS, ISS)	(4.545)	(3.643)
	<u>35.216</u>	<u>24.371</u>

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em impostos incidentes sobre a prestação de serviço), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Programação de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Serviços ("ISS"), reconhecidos pelas alíquotas básicas a seguir:

<u>Tributos</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquota</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,6%
Impostos sobre serviço de qualquer natureza	ISSQN	5%

12. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com salários	(6.369)	(8.153)
Provisão para participação nos resultados	(4.810)	(4.671)
Encargos sociais (INSS, FGTS)	(2.307)	(2.831)
Outros Custos	(897)	(362)
	<u>(14.383)</u>	<u>(16.017)</u>

13. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com aluguel	(764)	-
Despesas com Serviços de Terceiros	(3.567)	(2.760)
Despesa gerais	(1.756)	(1.469)
Outras Despesas Administrativas	(323)	(60)
Total	<u>(6.410)</u>	<u>(4.289)</u>

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	658	243
Variações Cambiais Ativas	11	1
Descontos obtidos	1	-
	<u>670</u>	<u>244</u>
Despesas financeiras		
Juros	(6)	(1)
Tarifa bancária	(51)	-
Variações Cambiais Passivas	(128)	(1)
IOF	-	(11)
	<u>(185)</u>	<u>(13)</u>
Total	<u><u>485</u></u>	<u><u>231</u></u>

15. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de mercado*

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e no mercado externo que cuja receita está exposta ao risco cambial. Durante o exercício de 2023 e 2022 a companhia ficou exposta ao risco cambial, entretanto não houve impactos significativos.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI), a Companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos.

iii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.436	4.038
Contas a receber de clientes	4	7.134	3.433
Total		16.570	7.471

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de liquidez*

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
31/12/2023						
Fornecedores	88	-	-	-	88	88
Outras contas a pagar	746	-	-	-	746	746
	834	-	-	-	834	834
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
31/12/2022						
Fornecedores	36	-	-	-	36	36
Outras contas a pagar	224	-	-	-	224	224
	260	-	-	-	260	260

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de capital--Continuação

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2023		2022	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Valor justo	9.436	9.436	4.038	4.038
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	7.134	7.134	3.433	3.433
Total			16.570	16.570	7.471	7.471
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	Custo amortizado	88	88	36	36
Outras contas a pagar	-	Custo amortizado	746	746	224	224
Total			834	834	260	260

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em Fundo de Investimento de operações contratadas com resgate e liquidez imediatos. Dada a liquidez diária desse, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes caixa.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas (circulante):	Saldo de contas a receber		Receita Líquida	
	2023	2022	2023	2022
Águas Pacífico SPA	1.452	-	1.491	-
Acueducto San Isidro Quilapulun SPA	2.663	-	2.734	-
Patria Infraestrutura III	-	1.698	-	8.737
Patria Infraestrutura IV	-	1.254	-	6.452
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	70	-	-	1.665
Inversiones Infraestructura De Telecom Latam, S.L	-	-	2.070	1.528
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	599	-	-	1.190
Rodovias Colombia S.A.S.	-	-	-	1.085
Winity S.A.	130	202	1.558	923
Entrevias Concessionaria De Rodovias S A	33	112	607	859
Orsola Investments 2020, S.L.U	519	-	3.176	834
Infraestrutura Brasil Holding III S.A.	286	56	3.494	668
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	199	111	2.541	430
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.	52	-	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XII S.A	209	-	424	-
Infraestrutura Brasil Holding XIV S.A	209	-	424	-
Infraestrutura Brasil Holding XV S.A	209	-	2.965	-
Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A	209	-	2.965	-
Infraestrutura Brasil Holding IV	-	-	1.876	-
Infraestrutura Brasil Holding VII	-	-	6.225	-
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	105	-	917	-
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A	-	-	96	-
Essentia PCHS	190	-	1.653	-
Total	7.134	3.433	35.216	24.371

17. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2023 a remuneração para pessoal chave da administração foi de R\$2.691 (R\$3.702 em 2022).

18. Contingências

Até a emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações financeiras, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

* * *

Diretoria

Raphael Denadai
Diretor

Daniel Nascimento
Diretor

Contabilidade

Renata Melloni
Contador CRC SP 1SP284533/O-5